

CADERNO DE ENCARGOS

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO
EUROPEIA
AQUISIÇÃO DE BENS**

**Aquisição de gás natural no mercado liberalizado para as instalações do Município de Fafe
para o ano de 2026**

CPV: 09123000-7 - Gás natural

ÍNDICE

Cláusula 1ª.	Objeto
Cláusula 2ª.	Preço Base
Cláusula 3ª.	Contrato
Cláusula 4ª.	Produção de efeitos e Prazo de Vigência do Contrato
Cláusula 5ª.	Obrigações Principais do Fornecedor
Cláusula 6ª.	Auditorias ao fornecimento
Cláusula 7ª.	Fase e forma do fornecimento de gás natural
Cláusula 8ª.	Objeto do dever de sigilo
Cláusula 9ª.	Preço Contratual
Cláusula 10ª.	Condições de Pagamento
Cláusula 11ª.	Penalidades Contratuais
Cláusula 12ª.	Casos fortuitos ou de força maior
Cláusula 13ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante
Cláusula 14ª.	Resolução por parte do Fornecedor
Cláusula 15ª.	Seguros
Cláusula 16ª.	Foro competente
Cláusula 17ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 18ª.	Contagem dos prazos
Cláusula 19ª.	Legislação aplicável

PARTE II – Requisitos gerais e especificações técnicas

Documentos anexos

PARTE I – Cláusulas Jurídicas**Secção I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª****Objeto**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de gás natural no mercado liberalizado para as instalações do Município de Fafe para o ano de 2026**, cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.
2. O fornecimento de gás natural, que inclui os produtos e serviços a adquirir no âmbito do procedimento, deverão cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor.

Cláusula 2.ª**Preço base**

1. O preço base do presente procedimento é de 280.441,39 € (duzentos e oitenta mil quatrocentos e quarenta e um euros e trinta e nove cêntimos), acrescido de IVA, considerando como parâmetro base do preço contratual, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, durante o seu período de vigência, e constante na PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
2. Nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, são excluídas as propostas cujos preços sejam superiores aos preços base referidos no número anteriores.

Cláusula 3.ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões das peças do procedimento identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2026 e mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2026, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a. A obrigação de fornecer gás natural, à entidade adjudicante, nos locais por esta definidos e nas condições contratuais indicadas, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, designadamente os parâmetros de qualidade de serviço definidos no:
 - i) Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) aprovado pelo Regulamento n.º 406/2021, de 12 de maio;
 - ii) Regulamento das Relações Comerciais (RRC), aprovado pelo Regulamento n.º 1129/2020, de 30 de dezembro;
 - iii) Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados do Setor do Gás Natural, de acordo com a Diretiva n.º 7/2018 de 28 de março;
 - iv) Requisitos técnicos e níveis de serviço mínimos definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b. Obrigação de proceder à transferência dos contratos no prazo máximo de 30 dias úteis após celebração do contrato;
 - c. No caso de não ser possível o cumprimento do prazo indicado na alínea anterior, comunicar tal facto ao Município no prazo de 15 dias com a informação do motivo;
 - d. Disponibilizar registos de leituras de contagem de gás natural, preferencialmente por tele-contagem com acesso via Web, à entidade adjudicante efetuada de acordo com as características de cada local de consumo, nomeadamente, para BP < 10.000m³/ano e BP > 10.000m³/ano, bem como os diagramas de carga de

todos os contadores das instalações em formato digital estruturado para recolha através de API, Web Service ou outro que deve ser especificado na proposta a este procedimento;

- e. Não alterar as condições de fornecimento de gás natural fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
 - f. Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento de gás natural e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
 - g. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de gás natural ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - h. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - i. Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor de cliente responsável pelos contratos celebrados ao abrigo do procedimento e quaisquer alterações relativas à sua nomeação.
 - j. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de gás natural, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - k. Disponibilizar à entidade adjudicante o relatório de faturação, nos termos da Cláusula 23.^a da parte II do Caderno de Encargos;
 - l. Efetuar a faturação de acordo com o definido na Cláusula 24.^a da parte II do Caderno de Encargos.
4. Transição dos serviços objeto do contrato – em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato com a Entidade Adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.
5. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento de gás natural e à completa execução das tarefas ao seu cargo.

Cláusula 6.^a

Auditorias ao fornecimento

1. As entidades fornecedoras obrigam-se a permitir à entidade adjudicante, ou a quem esta designe, durante a vigência do contrato de fornecimento, a realização de auditorias a todas as suas instalações para efeitos de

monitorização da qualidade da execução dos contratos de fornecimento de gás natural e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.

2. Durante a fase de realização da auditoria, as entidades fornecedoras devem prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daquelas, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização das auditorias, devidamente comprovados, são da exclusiva responsabilidade das entidades fornecedoras.
4. Verificada qualquer discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais aplicáveis ou não se comprovando a total operacionalidade dos produtos e serviços, a entidade adjudicante disso informará as entidades fornecedoras, por escrito, devendo estas proceder, à sua custa e no prazo razoável acordado com as entidades adquirentes, às reparações ou substituições necessárias.

Cláusula 7.ª

Fase e forma do fornecimento de gás natural

1. Os fornecimentos deverão ser efetuados em articulação com a entidade adjudicante de acordo com a PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.
2. A entidade adjudicante pode solicitar a interrupção do fornecimento de gás natural de instalação de consumo, objeto de contrato, quando se verificar uma alteração à natureza da instalação de consumo que justifique uma revisão do fornecimento.
3. Para efeitos no disposto no número anterior, a entidade adjudicante deve comunicar ao adjudicatário, através de correio eletrónico, a definir após adjudicação.
4. Sempre que houver interrupção de fornecimento não programada o adjudicatário emitirá no prazo de 10 (dez) dias após a interrupção um relatório com informação sobre os motivos da mesma.
5. Em caso de alteração do titular da instalação/infraestrutura consumidora, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos fornecimentos objeto do presente contrato à entidade adjudicante ou para terceiro por esta designado, de modo que se garanta a continuidade do fornecimento objeto do contrato, a mínima perturbação destes e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.
6. A entidade adjudicante pode solicitar a inclusão de qualquer outra instalação de consumo de gás natural que venha a assumir ou a entrar em funcionamento no decurso do contrato, sendo as condições de preços unitários a aplicar nestas, as que se aplicam às instalações com as mesmas características de abastecimento de gás natural.

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento do objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço relativo às parcelas constantes na sua proposta, em função do consumo efetivamente verificado nas instalações que é proprietária, relativas às componentes de Gás Natural Específica do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado nos Anexo A do presente Caderno de Encargos e no Anexo 2 GN do Programa de Concurso.
2. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às redes, fixadas pela ERSE, nomeadamente:
 - a) Componente de Rede relativa a Energia em Vazio (se aplicável);
 - b) Componente de Rede relativa a Energia Fora Vazio (se aplicável);
 - c) Componente de Rede relativa a Energia (se aplicável);
 - d) Componente de Rede relativa a Termo Tarifário Fixo (se aplicável);
3. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, o valor relativo a outras parcelas taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concorrência, nomeadamente a Taxa de Ocupação do Solo e o imposto especial de consumo de gás natural (IEC) sempre que aplicável.
4. Qualquer alteração ao preço contratual não é permitida, sendo apenas permitido as atualizações das tarifas das componentes de acesso à rede estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que devem ser comunicadas previamente ou se impossível no prazo máximo de 5 dias seguidos, por escrito pelo adjudicatário à entidade adjudicante indicando a razão dessas alterações e o impacto no custo estimado associado a cada instalação.

5. Não poderá ser cobrada à entidade adjudicante qualquer custo pela comunicação das alterações.
6. A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.
7. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. Os pagamentos ao adjudicatário serão efetuados mediante a apresentação de faturas mensais, e elementos justificativos, até ao dia 10 de cada mês.
2. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega e validação das respetivas faturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o fornecimento dos bens/serviços em causa, nos termos do previsto na PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.**
4. As faturas em causa devem conter os elementos previsto no art.º 299-B do Código dos Contratos Públicos, mencionado, igualmente para o efeito o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa de despesa) e deverão ser emitidas em nome do Município de Fafe.
5. Nos termos do Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, até ao dia 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes devem utilizar mecanismos de faturação previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, ou seja, as faturas devem, obrigatoriamente, ser remetidas eletronicamente, através do endereço de correio eletrónico fatura.eletronica@cm-fafe.pt, devendo o respetivo email conter, em anexo, um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1. (modelo CIUS-PT).
 - i) Sendo obrigatório a partir de 30 de setembro de 2021, todas as faturas em XML e PDF enviadas por via eletrónica têm de passar a conter uma assinatura digital qualificada para serem consideradas legais, e cumpra as diretrizes do Despacho n.º 133/2021-XXII, relativo ao Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.
 - ii) Ou provisoriamente, ficheiro PDF enviadas por via eletrónica com assinatura digital qualificada para o endereço contabilidade@cm-fafe.pt, até que a Entidade Adjudicante avise que já não deverão optar por esta 2.ª vias.
 - iii) Ressalva-se que não deverão ser remetidas simultaneamente faturas pelas duas vias e não serão aceites faturas PDF sem assinatura digital qualificada.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de **transferência bancária**.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, e elementos deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Fafe pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: pelo incumprimento das datas e prazos do fornecimento ou periodicidade de execução das tarefas objeto do contrato, até 5% do valor de adjudicação por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Fafe pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do valor de adjudicação.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Fafe tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Fafe pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Fafe exija uma indemnização pelos danos causados, bem como por quaisquer coimas ou outras sanções pecuniárias que lhe venham a ser aplicadas em virtude de incumprimentos do fornecedor.
6. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua resolução imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

Cláusula 12.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou

bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, **quando haja atraso, total ou parcial, na prestação de serviços/fornecimento do objeto do contrato superior a quatro dias.**
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª**Seguros**

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à prestação de serviços/fornecimento de bens.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 16.ª**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª**Contagem dos prazos**

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS**PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas****Cláusula 20.ª****Aquisição do Fornecimento de energia**

O fornecimento de gás natural a adquirir no âmbito do presente contrato terá de cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor.

Cláusula 21.ª**Locais de consumo**

1. São anexos ao presente Caderno de Encargos os mapas dos locais de consumo.
2. O perfil de consumo indicado é meramente indicativo, sendo válido para a descrição histórica dos consumos verificados no local de consumo e para avaliação das propostas a apresentar pelos adjudicatários.
3. A lista de locais de consumo poderá ao longo do contrato sofrer alterações, quer com a entrada de novos locais de consumo, quer com a saída de outros, sendo o adjudicatário obrigado a manter as condições contratuais de acordo com as condições de cada novo local de consumo.

Cláusula 22.ª**Níveis de Serviço**

1. O Município de Fafe deve comunicar ao adjudicatário, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante do fornecimento de gás natural.
2. Quando a anomalia for imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a suportar os custos inerentes à reposição das condições de fornecimento de gás natural que existiam anteriormente à ocorrência da anomalia.
3. O adjudicatário deverá, ainda, prestar todos os esforços de cooperação com os operadores da rede de transporte e de distribuição da área geográfica afeta a cada entidade adquirente, para resposta a qualquer comunicação de avaria que determine a interrupção do fornecimento de gás natural, em cumprimento do definido no RQS.
4. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigida ao adjudicatário uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, produtos.
5. O(s) adjudicatário(s) deverão disponibilizar os serviços adequados para reporte de anomalias resultantes do fornecimento e esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis no período das 09h00 às 17h00 que deverão assegurar:

-
- a) Contatos telefónicos específicos;
 - b) Um endereço de correio eletrónico;
 - c) Número de emergência para contato telefónico, disponível 24 horas por dia;
6. As entidades fornecedoras deverão disponibilizar os registos de leitura dos equipamentos de medição e de contagem de consumo de gás natural, com a periodicidade definida na regulamentação e legislação aplicável.

Cláusula 23.ª

Relatório de faturação

1. É obrigação da entidade fornecedora remeter à entidade adjudicante um relatório mensal de faturação em papel e, via correio eletrónico, em ficheiro com formato Excel de faturação.
2. O relatório de faturação, a que se refere o n.º 1 do presente artigo, deverá conter os seguintes dados:
 - a) Identificação do número do contrato;
 - b) Número de identificação do local;
 - c) Consumo em kWh desagregado por tarifa de acesso, quando aplicável, com indicação do tipo de consumo (Medido/Estimado/Devolução de Medido/Devolução de Estimado).
 - d) Valor de consumo em euros;
 - e) Tarifa do contrato;
 - f) Número, data e valor das faturas;
 - g) Datas de início e fim de contrato.

Cláusula 24.ª

Fatura

1. Sem prejuízo de outras obrigações no quadro legislativo e regulamentar, o conteúdo de cada fatura emitida em formato digital para cada instalação, deverá incluir no mínimo a seguinte informação:
 - a) Versão do ficheiro digital da fatura;
 - b) Dados do titular do contrato: Nome, Morada e Identificação Fiscal;
 - c) Número de Contrato;
 - d) Nota de compromisso anual;
 - e) Código Universal da Instalação (CUI);
 - f) Morada do local da Instalação de Consumo;
 - g) Data de início do Contrato;
 - h) Data de início e data de fim do período da fatura (deve ser do 1º ao último dia de cada mês);
 - i) Data de fim do Contrato;
 - j) Tarifa do contrato;
 - k) Consumos em kWh desagregados por tarifa de acesso, quando aplicável, com a indicação do período de consumo:

-
- a. Os períodos de consumo devem ser claros e não sobrepostos;
 - b. Cada período de consumo não deverá interseccionar condições contratuais distintas ou de preços das tarifas de acesso às redes distintas;
 - c. Indicação clara do tipo de consumo:
 - i. Estimado;
 - ii. Medido;
 - iii. Devolução de Estimado;
 - iv. Devolução de Medido.
- l) Termo fixo
- a. Os períodos de faturação de consumo devem ser claros e não sobrepostos;
- m) Taxa de ocupação de subsolo (TOS), quando aplicável:
- a. Os períodos de faturação de consumo devem ser claros e não sobrepostos;
- n) Capacidade utilizada, quando aplicável:
- a. Os períodos de faturação de consumo devem ser claros e não sobrepostos;
- o) Consumo total em Kwh com a indicação do período de consumo;
- p) Data e valor das últimas leituras reais do contador;
- q) Número de série do contador;
- r) Número e data de emissão da fatura;
- s) Valores a pagar em euros.
- t) Data Limite de Pagamento;
- u) Tipo de documento:
- a. Fatura – FT
 - b. Nota de crédito – NC
 - c. Nota de débito – ND;
- v) Documentos relacionados (indicar o número dos documentos relacionados caso existam).
2. A faturação deve ter uma periodicidade mensal e contemplar os consumos ocorridos do 1º ao último dia de cada mês (inclusive).
3. Em caso de necessidade de refaturação ou correção de qualquer fatura, a mesma deve ser emitida para períodos em que as características do contrato sejam as mesmas, sendo sempre que possível feita a anulação integral de faturas com erros por notas de crédito de valor igual ao da fatura a eliminar, com a indicação dos documentos relacionados já emitidos.
4. Sempre que existir alteração das condições contratuais de qualquer contrato, quer pela solicitação do cliente, quer pelas regras definidas pela entidade reguladora dos serviços energéticos, as faturas devem
-

ser feitas apenas com os períodos em que as condições sejam exatamente iguais, podendo o período de faturação ser inferior ao mês.

Cláusula 25.ª

Disponibilização de informação

- 1 – O fornecedor deverá disponibilizar ficheiros EDI devidamente documentados e estruturados de forma a permitir a sua leitura e manipulação automática por parte da Entidade Adjudicante sem a necessidade de incorrer em custos adicionais de licenciamento, aquisição de software, hardware ou outros. Adicionalmente, deverá fornecer um ficheiro DTD através do qual possam validar os ficheiros EDI em formato XML (Extensible Markup Language).
- 2 – Poderá ser proposta alternativa ao ficheiro EDI, mediante acordo entre as partes.
- 3 – Sem prejuízo de outros formatos mencionados, nomeadamente PDF e interface de utilizador WEB, toda a informação relativa à faturação deverá ser colocada à disposição da Entidade Adjudicante através de API WEB (Application Programming Interface ou Interface de Programação de Aplicativos) com protocolos de comunicação e dados documentados de forma a que possa ser criado um cliente com capacidade de recolha automática de dados. A API deverá permitir as seguintes funcionalidades:
 - a) A API deverá aceitar pedidos http(s) GET ou POST e responder em formato JSON ou XML.
 - b) O mecanismo de autenticação do cliente fica ao critério do Adjudicatário desde que o seu protocolo seja aberto e possível de implementar pelo cliente sem a necessidade de incorrer em custos adicionais de licenciamento, aquisição de software, hardware ou outros.
 - c) A API WEB deverá suportar, pelo menos, o seguinte conjunto de pedidos:
 1. Pedido de lista de instalações de consumo por cliente; A resposta deverá conter uma listagem dessas instalações apresentado para cada uma, pelo menos:
 - i. Nome/designação;
 - ii. Morada;
 - iii. CUI;
 - iv. Número sequencial de compromisso
 - v. N.º Contador;
 - vi. Tarifa Contratada;
 2. Pedido de listagem de faturas por CUI; a resposta deverá conter uma lista de faturas com os seguintes dados mínimos:

-
- i. N.º de fatura;
 - ii. Data de início de faturação;
 - iii. Data de fim de faturação;
 - iv. Valor total da fatura com e sem IVA;
 - v. Data de Emissão da Fatura
 3. Pedido de fatura por número de fatura; a resposta deverá conter:
 - i. N.º de fatura;
 - ii. Data de início de faturação;
 - iii. Data de fim de faturação;
 - iv. Valor total da fatura com e sem IVA;
 - v. Data de Emissão da Fatura
 - vi. Código do tarifário aplicado;
 - vii. Elementos faturados com:
 1. Código Energético;
 2. Tipo (Estimado, Medido, Devolução Estimado, Devolução Medido)
 3. Código de origem de dados;
 4. Data de início;
 5. Data de fim;
 6. Quantidade;
 7. Código da unidade;
 8. Preço Unitário;
 9. Valorização;
 4. Pedido de detalhe de tarifário; a resposta deverá conter:
 - i. Código tarifário;
 - ii. Nome comum;
 - iii. Nível de tensão;
 - iv. Código de ciclo horário;
 - v. Listagem de preço com:
-

-
1. Código energético;
 2. Código da unidade;
 3. Preço em euros.
5. Pedido de Contadores; a resposta deverá conter:
- i. CUI;
 - ii. Número Contador;
 - iii. 12 últimas leituras:
 1. Data Leitura
 2. Valor Leitura
 3. Tipo de Leitura

Documentos anexos:

- Anexo A;

O Presidente da Câmara,